



Relatório de Gestão

2025



PODER JUDICIÁRIO

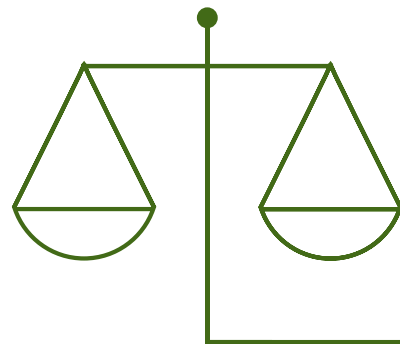
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E AMBIENTE DE ATUAÇÃO	4
REFERENCIAL ESTRATÉGICO 2021/2026	6
CONEXÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	13
DESTAQUES DO VALOR PÚBLICO GERADO (2024 X 2025)	14
EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA	16
GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLE	54
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS	58



APRESENTAÇÃO



Este Relatório Anual de Gestão apresenta os resultados mais significativos, iniciativas e marcos institucionais do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) durante o exercício de 2025, sob a presidência do Desembargador Leandro Crispim.

O Documento está organizado de forma a destacar o progresso nas áreas estratégicas como produtividade, políticas judiciais, inovação, sustentabilidade, ampliação do acesso à Justiça, governança e valorização de pessoas. Isso reafirma o compromisso deste Poder com um serviço jurisdicional eficaz, humano e acessível à sociedade goiana.

A consolidação dos dados aqui apresentados reafirma o compromisso institucional com a prestação de contas clara e objetiva, evidenciando a materialização do valor público gerado para a sociedade goiana e fornecendo a base analítica necessária para a estruturação do futuro ciclo estratégico de 2027–2032.



INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Esta seção contempla informações sintéticas sobre estrutura organizacional, corpo diretivo, valor público gerado e vínculo das ações aos objetivos/macrodessa- fios estratégicos. O objetivo é facilitar a leitura pelo cidadão e fortalecer a trans- parência ativa.

CONTEXTO DE ATUAÇÃO E DESAFIOS EM 2025

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, órgão máximo do Poder Judiciário goiano, com competência definida na Constituição do Estado de Goiás e no Código de Organização Judiciária (Lei Estadual nº 21.268/2022), atua em um ce- nário estadual caracterizado por vasta extensão territorial e grande diversidade socioeconômica. Em 2025, a gestão enfrentou o desafio de conciliar o expressivo volume de demandas (com a entrada de mais de 1,3 milhão de casos novos) com a necessidade imperativa de interiorizar e humanizar o acesso à Justiça.

Essas condicionantes impulsionaram a adoção de estratégias híbridas: de um lado, o avanço intensivo em painéis gerenciais e automação por Inteligência Artificial (AGAIA, BERNA) para lidar com o passivo processual; de outro, a expan- são de programas de itinerância e justiça social (como o Projeto Raízes Kalungas e o PopRuaJud) para alcançar populações em situação de vulnerabilidade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANOGRAMA SINTÉTICO

A estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás está em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal, o Decreto Judiciário nº 2.162/2018 e atos posteriores que o modificaram, bem como com as alterações implementadas pela Lei Estadual nº 23.993/2025.

Composição Biênio 2025/2027

Composição do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para o biênio 2025 a 2027.

Cargo	Integrante
Presidente	Desembargador Leandro Crispim
1º Vice-Presidente	Desembargador Amaral Wilson de Oliveira
2ª Vice-Presidente	Desembargador Gerson Santana Cintra
Corregedor-Geral da Justiça	Desembargador Marcus da Costa Ferreira
Corregedor do Foro Extrajudicial	Desembargador Anderson Máximo de Holanda

Fonte: Página institucional “Composição Tribunal de Justiça do Estado de Goiás” e pode ser acessada na íntegra [aqui](#).

Organograma

O organograma abaixo demonstra a estrutura organizacional até 31/12/2025, disponível na íntegra [aqui](#).



Figura 1 - Organograma sintético do TJGO

REFERENCIAL ESTRATÉGICO 2021/2026



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A estratégia deste Poder está organizada em dois instrumentos complementares: o Plano Estratégico de longo prazo, referente ao sexênio 2021–2026, e o Plano de Gestão, de caráter bienal, atualmente correspondente ao período 2025–2027. Ambos estão alinhados às diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário) e na Resolução TJGO nº 158/2021.

Construído sob a metodologia Balanced Scorecard (BSC), e ancorado aos Macrodesafios do Judiciário Nacional, o Plano Estratégico do judiciário goiano para o sexênio 2021/2026, conta com 3 perspectivas, 12 Objetivos Estratégicos, além de Indicadores, Metas, Projetos e Ações Estratégicas elaboradas a cada biênio e consolidado no Plano de Gestão publicado bienalmente.

Mapa Estratégico

<p>MISSÃO</p> <p>Realizar Justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito à dignidade e à cidadania.</p>	<p>VALORES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade • Celeridade • Credibilidade • Ética • Imparcialidade • Integridade • Modernidade • Probidade • Responsabilidade socioambiental • Transparência e Controle Social 	<p>POLÍTICA DE QUALIDADE</p> <p>Fortalecer a Governança Institucional e aprimorar a capacidade do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em oferecer à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e eficiente, primando pelo cumprimento dos requisitos aplicáveis, pela melhoria contínua do sistema de gestão da qualidade e pela satisfação dos clientes</p>
<p>VISÃO</p> <p>Ser reconhecido como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.</p>		

PERSPECTIVA SOCIEDADE	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS</p>	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE</p>	
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): PROMOVER A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</p> <p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): ENFRENTAR À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</p>	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): PREVENIR LITÍGIOS E ADOTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS</p> <p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): CONSOLIDAR O SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS</p>	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): PROMOVER A SUSTENTABILIDADE</p> <p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL</p> <p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA</p>
PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS</p>	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</p>	<p>Macrodesafio (Objetivo Estratégico): FORTALECER A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS</p>

OBJETIVOS DO SGQ

- Aperfeiçoar a Governança Institucional
- Garantir a satisfação das partes interessadas nos serviços ofertados

DESEMPENHO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico 2021–2026 apresentou, até 31/12/2025, resultados mensurados em 11 dos 12 macrodesafios. O macrodesafio “Garantir os Direitos Fundamentais” não foi mensurado pois o indicador Índice de Acesso à Justiça foi descontinuado pelo Conselho Nacional de Justiça, estando o resultado em análise para desenvolvimento de novo indicador.

Quadro de desempenho dos macrodesafios/objetivos estratégicos até 31/12/2025.



Macrodesafio / Objetivo Estratégico **Indicador informado** **Resultado do indicador** **Desempenho do objetivo**

Garantir os Direitos Fundamentais	Índice de Acesso à Justiça	Indicador descontinuado pelo CNJ	Não mensurado
Fortalecer a Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	Pesquisa será aferida ao final do sexênio	86,95%
	Índice de Transparência	Índice de Transparência: 97,18%	

**Macrodesafio
/ Objetivo
Estratégico**

Indicador informado

**Resultado
do indicador**

**Desempenho
do objetivo**

Promover a Agilidade e a Produtividade na Prestação Jurisdicional	Índice de Atendimento à Demanda;	106,02%	123,49%
	Taxa de Congestionamento na Execução Fiscal	48,81%	
	Taxa de Congestionamento Líquida	34,80%	
Enfrentar a Corrupção, a Improbidade Administrativa e os Ilícitos Eleitorais	Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção	733,73 dias	95,40%
Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos	Índice de realização de audiências nos CEJUSCs	70,52%	99,26%
Consolidar o Sistema de Precedentes Obrigatórios	Tempo médio entre a afeição/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR	440,27 dias	75,86%
Promover a Sustentabilidade	Índice de Desempenho de Sustentabilidade	71,40%	89,25%
Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	520,08 dias	134,59%
Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança Judiciária	Índice de desempenho nos eixos Governança e Qualidade da Informação no Prêmio CNJ de Qualidade	91,78%	96,61%
Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas	Percentual de Qualidade de Vida	164%	68,26%
	Índice de Capacitação de Magistrados e Magistradas	80,88%	
	Índice de Capacitação de Servidoras e Servidores	61,73%	


Macrodesafio**/ Objetivo****Estratégico****Indicador informado****Resultado
do indicador****Desempenho
do objetivo**

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira	Índice de Dotação para Despesas Obrigatórias	82,54%	96,55%
	Índice de execução das Dotações para Despesas discricionárias	86,56%	
Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	iGovTIC-Jud	90,54%	100,60%

Entre os macrodesafios com desempenho informado, destacam-se os objetivos “Promover a Agilidade e a Produtividade na Prestação Jurisdicional”, com 123,49%, “Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal”, com 134,59%, e “Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”, com 100,60%. Também foram registrados resultados próximos ou superiores a 95% dos macrodesafios relacionados à governança, à gestão orçamentária e financeira, à prevenção de litígios e ao enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.


PLANO DE GESTÃO 2025–2027: METAS E DESEMPENHO PARCIAL

Para o ciclo 2025–2027, foram definidos metas e indicadores alinhados aos macrodesafios/objetivos do Poder Judiciário goiano. O quadro a seguir apresenta a estrutura do Plano de Gestão e os resultados parciais apurados até 31/12/2025.



Missão


Realizar Justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito à dignidade e à cidadania



Visão

Ser reconhecido como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social

Perspectiva Sociedade	Perspectiva Processos Internos	Perspectiva Aprendizado e Crescimento
<p>Macrodesafio Fortalecer a relação institucional do Judiciário com a Sociedade</p> <p>Meta 1 ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 70% DE APROVAÇÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL ATÉ O FINAL DO BIÊNIO</p>	<p>Macrodesafio Enfrentar à corrupção e a improbidade administrativa</p> <p>Meta 2 IMPLEMENTAR 60% DO PLANO DE INTEGRIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS</p> <p>Macrodesafio Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios</p> <p>Meta 3 MODERNIZAR SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS NO PODER JUDICIÁRIO GOIANO</p> <p>Macrodesafio Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal</p> <p>Meta 4 APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL COM REDUÇÃO EM 30% DO TEMPO MÉDIO DAS AÇÕES PENASIS NO BIÊNIO</p>	<p>Macrodesafio Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas</p> <p>Meta 5 PROMOVER AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA COM A FINALIDADE DE ENVOLVER A PARTICIPAÇÃO DE, PELO MENOS, 65% DE MAGISTRADOS (AS) E SERVIDORES(AS)</p> <p>Macrodesafio Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira</p> <p>Meta 6 DESENVOLVER NOVO SISTEMA INTEGRADO FINANCEIRO (SIF)</p> <p>Macrodesafio Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados</p> <p>Meta 7 CUMPRIR 90% DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)</p>



Valores

- Acessibilidade
- Celeridade
- Credibilidade

- Ética
- Imparcialidade
- Modernidade

- Transparência e Controle Social
- Responsabilidade Socioambiental

- Probidade
- Integridade

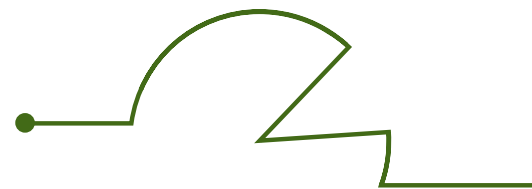
QUADRO DE DESEMPENHO

Meta	Índice da Meta	Objetivo	Status
Meta 1	97,80%	70%	CUMPRIDA
Meta 2	29,63%	60%	CRÍTICA
Meta 3	100%	100%	CUMPRIDA
Meta 4	-2,30%	30%	CRÍTICA
Meta 5	35,20%	65%	ATENÇÃO
Meta 6	66,67%	100%	ATENÇÃO
Meta 7	79,33%	90%	RAZOÁVEL

Em 2025, primeiro ano de execução do Plano de Gestão 2025–2027, duas metas foram cumpridas, duas estavam em situação crítica, e duas como atenção e uma como razoável.

As metas classificadas como críticas e em atenção já se encontram em monitoramento no decorrer do ano de 2026, com foco na identificação das causas do desempenho abaixo da meta e na adoção de medidas de correção, quando cabíveis.

CONEXÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Para viabilizar as entregas de valor público e sustentar o cumprimento das metas, o TJGO promoveu a execução efetiva de seus recursos, conectando o orçamento às ações finalísticas.

- **Pessoal** (R\$ 2.839.446.682,14): Viabilizou a posse de 5 novos desembargadores, 43 titularizações de magistrados e a nomeação de 76 servidores do quadro único, impactando diretamente o macrodesafio de Agilidade na Prestação Jurisdicional (que atingiu 123,49%).
- **Custeio** (R\$ 1.385.253.458,06): Sustentou as mais de 13 oficinas de inovação (Inovajus), dezenas de cursos da EJUG e a operacionalização de projetos de alcance social como o PopRuaJud (2.000 atendimentos) e o Programa Registre-se! (35.017 atendimentos).
- **Investimentos** (R\$ 75.228.224,65): Destinado à revitalização de 27 Fóruns no interior e capital, além do investimento sustentável de R\$ 24,3 milhões na nova Usina Fotovoltaica de 5MW em Cachoeira Dourada, impulsionando o Macrodesafio de Sustentabilidade.
- **Gestão de Obrigações** (RPVs): Assinatura de aditivo em convênio de cooperação para repasse mensal superior a R\$ 27 milhões, totalizando R\$ 88 milhões para pagamento de credores do Estado.

DESTAQUES DO VALOR PÚBLICO GERADO (2024 X 2025)

O valor público gerado representa, de forma sintética, a relação entre os recursos mobilizados pelo Tribunal, a força de trabalho, os macroprocessos e os resultados entregues à sociedade em 2025.

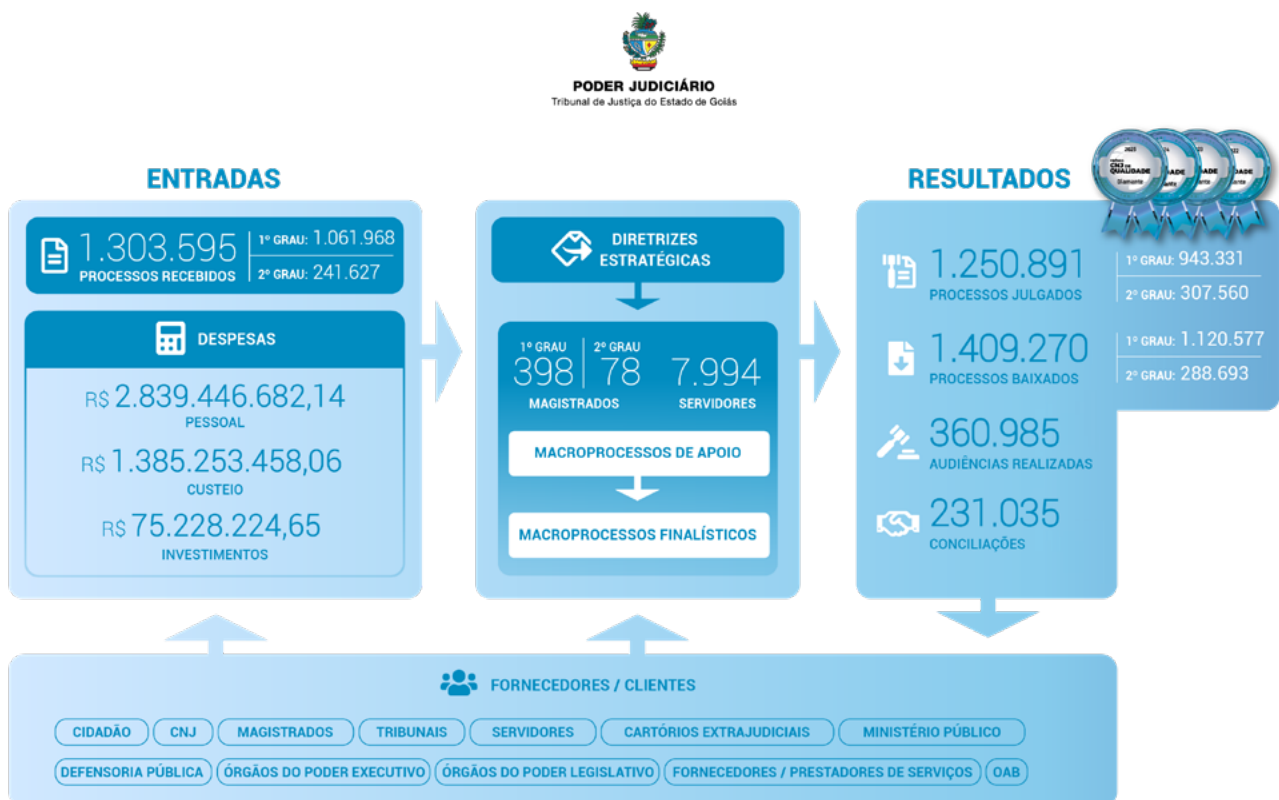


Figura 2 - Valor público gerado em 2025 - Imagem elaborada pela Diretoria de Planejamento e Inovação (DPI) e dados extraídos do sistema judicial do TJGO

Os macroprocessos do TJGO converteram o orçamento executado em entregas jurisdicionais de grande repercussão, registrando avanços significativos na eficiência jurisdicional, em comparação com ano anterior (2024):

Tempo Médio de Julgamento: Redução de 17,92% (de 770,14 para 632,16 dias).

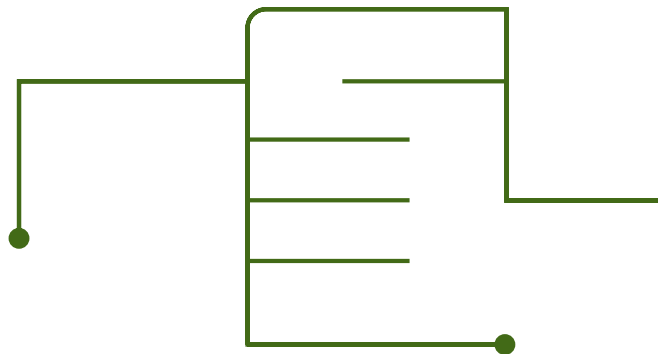
Decisões Proferidas: Aumento de 14,66%, ultrapassando 3 milhões de decisões em 2025.

Índice de Conciliação: Salto expressivo de 44,08% (de 13,25% para 19,09%).

Taxa de Congestionamento: Queda de 14,35% (de 50,65% para 43,38%).

Indicadores	2025	2024	Variação
Tempo Médio de Julgamento	632,16	770,14	-17,92%
Sentenças	1.247.042	1.276.222	-2,29%
Decisões	3.036.456	2.648.294	14,66%
Casos Novos	1.303.595	1.250.307	4,26%
Processos baixados	1.409.270	1.341.782	5,03%
Audiências	360.985	350.216	3,07%
Conciliações	231.035	220.242	4,90%
Taxa de Congestionamento	43,38%	50,65%	-14,35%
Índice de Conciliação	19,09%	13,25%	44,08%

EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA



As ações, programas e projetos estão organizados conforme o macrodesafio/ objetivo estratégico ao qual estão alinhados.

MACRODESAFIO 1 – GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição do macrodesafio: Assegurar os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se garantir o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, possibilitar os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todas e todos.

Programa Justiça Itinerante

Objetivo: Garantir o pleno acesso à Justiça por meio da oferta de serviços judiciais e sociais em localidades onde pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social, geográfica ou de outra natureza enfrentam barreiras significativas para acessar o sistema de Justiça, conforme estabelece a Resolução CNJ nº 460/2022.

Resultado: Em 2025, o programa atendeu à comunidade de Niquelândia, no mês de novembro, e reafirmou a abrangência e a capacidade de adaptação do Programa às demandas territoriais, em especial aos povos tradicionais da região.

Parcerias institucionais: 14 instituições parceiras mobilizadas.

Diversidade de serviços: 52 modalidades de atendimentos oferecidos.

Volume total de atendimentos: 3.700 assistências prestadas à comunidade.

Audiências judiciais realizadas: 122.

Atendimentos de conciliação: 78.

Audiências de conciliação: 24.

Valor total dos acordos: R\$ 683.033,00.



Mais Justiça: um programa que leva o Judiciário perto de você

Objetivo: Programa itinerante voltado à ampliação do acesso à justiça, à cidadania e aos direitos fundamentais, por meio da oferta integrada de serviços jurídicos, sociais e de saúde às populações em situação de vulnerabilidade. Desenvolvido em parceria com instituições do sistema de justiça e órgãos públicos, promove a resolução consensual de conflitos, a inclusão social e a redução de barreiras geográficas, sociais e burocráticas ao acesso aos serviços públicos.

Resultado: Em 2025, foram realizadas ações em parceria com diversos órgãos e instituições, com destaque para as edições promovidas nos municípios de Anápolis e Cavalcante, que ofertou atendimento jurídico, solicitação de aposentadoria, emissão de documentos, atendimentos odontológicos e oftalmológicos, além da doação de óculos, ampliando o acesso da população a serviços essenciais e fortalecendo a cidadania.



PopRuaJud: Inclusão e Cidadania

Objetivo: Facilitar o acesso à justiça e promover a inclusão social de pessoas em situação de rua, por meio da articulação entre o Poder Judiciário, órgãos públicos e entidades civis.

Resultado: Em 2025, o TJGO, por meio do Nupemec, realizou cerca de 2.000 atendimentos. Ao longo do ano, foram promovidas três edições no Estado: a 4ª edição, em junho, com 1.683 atendimentos no Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira; a 5ª edição, com 1.078 atendimentos no mesmo local; e a 6ª edição, realizada no Centro de Cultura e Lazer José Barroso, no Residencial Village Garavelo, em Aparecida de Goiânia.



Projeto Raízes Kalungas

Objetivo: Fortalecer a cidadania em comunidades quilombolas do nordeste

goiano, com foco na inclusão, educação em direitos e ampliação do acesso à Justiça.

Resultado: Em 2025, foram desenvolvidas diversas frentes de trabalho para consolidação do projeto. A Receita Federal promoveu a destinação de sete equipamentos de transmissão, como retroprojetores e datashows, à Associação Quilombo Kalunga (AQK), parceira do projeto. O município de Cavalcante recebeu o início das obras das novas sedes das Polícias Militar e Civil, concretizadas com recursos provenientes de penas pecuniárias. Foi realizada a segunda edição do Mês da Presidência em Cavalcante, com Mutirão de Direitos ao Alcance de Todos, reinauguração do PID em Monte Alegre, entrega de veículo à comarca de Cavalcante, atendimentos de saúde à população idosa, serviços de saúde na Unidade de Saúde da Família do Engenho I, duas oficinas de inovação, mutirão de atendimentos jurídicos e primeiro casamento comunitário do projeto, com 44 histórias formalizadas perante a lei.



Painel Gerencial Direito à Saúde

Objetivo: Disponibilizar consulta a dados atualizados sobre consultas recebidas, notas técnicas emitidas, instâncias, tecnologias de saúde demandadas, classificação das demandas e demais informações referentes às consultas realizadas ao NATJUS Goiás.

Resultado: O Painel Direito à Saúde NATJUS GOIÁS permite consultar as informações indicadas sobre as demandas relacionadas ao direito à saúde.

Central de Libras do TJGO

Objetivo: Garantir acessibilidade comunicacional às pessoas surdas por meio da oferta de intérpretes de Libras em atendimentos e audiências.

Resultado: Manutenção e monitoramento da Central de Libras, ampliando as condições de acesso à Justiça e assegurando atendimento acessível à população surda.

Calendário de Acessibilidade e Inclusão

Objetivo: Promover conscientização institucional e social sobre acessibilidade e inclusão por meio de ações permanentes de comunicação.

Resultado: Publicação de 16 conteúdos institucionais nas plataformas digitais do TJGO, ampliando a visibilidade das pautas relacionadas à inclusão e acessibilidade.

Projeto Super Cães – Terapia Assistiva de 4 Patas

Objetivo: Sensibilizar magistrados, servidores e colaboradores sobre a importância dos animais de assistência para pessoas com deficiência e neurodivergentes.

Resultado: Realização de palestra temática e atividades de conscientização, fortalecendo a cultura institucional de inclusão e respeito à diversidade.

Programa Com Viver

Objetivo: Promover inclusão social e desenvolvimento sociolaboral de pessoas com deficiência por meio da participação em atividades institucionais.

Resultado: Expansão do programa para as comarcas de Goiânia, Cristalina e Padre Bernardo, beneficiando 12 participantes com bolsas, vale-transporte e certificação.

Webinário “Ferramentas para Pessoas com Deficiência Visual no Sistema de Justiça”

Objetivo: Disseminar conhecimentos sobre acessibilidade digital e ferramentas de apoio voltadas às pessoas com deficiência visual.

Resultado: Realização de webinário com especialistas, promovendo capacitação e compartilhamento de boas práticas para ampliação do acesso à Justiça.

Oficina Mapeando Saberes

Objetivo: Aproximar os saberes tradicionais da comunidade de Cavalcante às ferramentas de inovação, com vistas a fomentar soluções sustentáveis e fortalecer a expressão cultural local.

Resultado: A atividade ocorreu no Fórum de Cavalcante, no contexto do Mês da Presidência, e reuniu atores comunitários, empreendedores e representantes institucionais.

- Consolidação de manifesto público em defesa de melhorias estruturais da Romaria (comemoração popular local da comunidade Kalunga).
- Estruturação de planejamento de marketing para empreendedores locais, com foco na valorização e divulgação do uso de plantas medicinais.
- Produção de vídeo protagonizado por morador da região sobre a tradição da Caçada da Rainha.

Oficina Inventores da Nossa Comunidade

Objetivo: Estimular a criatividade das crianças e demonstrar, de forma prática, como ideias podem ser transformadas em pequenos projetos com impacto positivo para a comunidade.

Resultado: Realizada em setembro, na comunidade Kalunga Engenho II, no contexto do Mês da Presidência. As crianças apresentaram sugestões para qualificar a vida comunitária: colocação de redes nas grades de bolas, construção de

parquinho, disponibilização de lanches melhores e criação de laboratório de inovação voltado ao público infantil.

Central de Atendimento da Pessoa Idosa CAPI/TJGO

Objetivo: Implementar a Política Judiciária Nacional sobre Pessoas Idosas, em consonância com a Resolução CNJ nº 520/2023, por meio da oferta de atendimento especializado, acolhedor e integrado à população idosa, promovendo a garantia de direitos, a resolução consensual de conflitos, a proteção contra situações de vulnerabilidade e a articulação com a rede interinstitucional de atendimento.

Resultado: A instalação da Central de Atendimento da Pessoa Idosa (CAPI/TJGO) é uma iniciativa coordenada pelo NUPEMEC em parceria com o Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional da Política Judiciária da Pessoa Idosa. A Central passou a oferecer atendimento especializado por meio de triagem qualificada, escuta ativa, mediação, conciliação e encaminhamentos à rede de proteção e justiça, incluindo Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia Especializada de Atendimento à Pessoa Idosa e serviços de assistência social e saúde. A iniciativa ampliou o acesso à justiça e fortaleceu a proteção integral da pessoa idosa, proporcionando alternativas céleres e humanizadas para a resolução de conflitos e a garantia de direitos.

Para acessar a Cartilha da Pessoa Idosa: <https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/conciliacao/Cartilhadoso.pdf>

Programa Registre-se! (Ação Continuada)

Objetivo: Erradicar o sub-registro civil de nascimento e ampliar o acesso à documentação civil básica, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, povos indígenas, quilombolas, migrantes, ribeirinhos e outros grupos historicamente excluídos, promovendo a dignidade da pessoa humana e assegurando a efetivação de direitos e garantias fundamentais essenciais ao pleno exercício da cidadania.

Resultado: Sob a coordenação da Corregedoria do Foro Extrajudicial (COGEX), o

TJGO promoveu o Programa Registre-se! em Catalão e Trindade, além da Semana Nacional do Registro Civil - “Registre-se!” 2025.

Catalão: 700 solicitações de 2ª via de certidão de nascimento/casamento; 388 emissões de CIN; 507 emissões de CPF; 125 atendimentos do Detran; 171 atendimentos multifuncionais; total de 1.891.

Trindade: 372 solicitações de 2ª via de certidão de nascimento/casamento; 292 carteiras de identidade nacional; total de 664.

Semana Nacional do Registro Civil: 21.994 solicitações de 2ª via de certidão de



Programa RegularizAÇÃO

Objetivo: Assegurar moradia digna aos moradores dos municípios em situação irregular de seus imóveis, além de possibilitar urbanização adequada desses locais.

Resultado: Em 2025, o programa registrou adesão de 24 novos municípios e 12.084 títulos entregues. Total informado na fonte: 12.108.



Projeto Maternidade para Além do Cárcere

Objetivo: Levar orientação jurídica, acolhimento e atendimento humanizado às mulheres privadas de liberdade no Estado de Goiás.

Resultado: Lançado pelo 6º Cejusc Regional, o projeto viabilizou acesso às mulheres à informações sobre guarda, pensão alimentícia, convivência familiar, registro civil, benefícios sociais e direitos essenciais dos filhos. O projeto também contribuiu para promover a inserção social e a proteção da criança da mãe em cárcere.

Casamento Comunitário

Objetivo: Iniciativa voltada à promoção da cidadania e da inclusão social por meio da oficialização gratuita de uniões civis, garantindo o acesso ao registro civil e aos direitos decorrentes do casamento. A ação é realizada em parceria com os serviços extrajudiciais e instituições locais, contribuindo para a regularização documental e o fortalecimento dos vínculos familiares.

Resultado: Foram oficializadas 124 uniões em ações realizadas nos municípios de Cavalcante (44 casamentos), Jataí (32 casamentos), Nazário (30 casamentos) e Varjão (18 casamentos), ampliando o acesso da população aos direitos civis e promovendo segurança jurídica às famílias beneficiadas.

Campanha de arrecadação de livros para biblioteca voltada à população em situação de rua

Objetivo: Formar a primeira biblioteca destinada à população em situação de rua assistida pelo programa social desenvolvido pela Escola Judicial (Ejug), como estratégia de inclusão, acesso à educação e fortalecimento de vínculos comunitários.

Resultado: A Presidência do TJGO iniciou a campanha de arrecadação de livros, integrada à iniciativa “Registre seu nome na história de alguém”.

Campanha Vacinar é Legal

Objetivo: Conscientizar pais e responsáveis sobre a importância da vacinação

para a proteção da saúde e bem-estar das crianças.

Resultado: O TJGO participou da campanha “Vacinar é Legal”, concebida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) e pelo Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Programa Entrega Legal

Objetivo: Acolher e orientar gestantes ou mães que desejam entregar filhos para adoção, garantindo sigilo, assistência psicológica/jurídica e procedimentos legais seguros, conforme o ECA.

Resultado: Foram realizadas palestras e orientações nos eventos:

- Minicurso de capacitação para conselheiros tutelares diversões 10, 12 e 14 de março de 2025, Goiânia.
- Capacitação sobre o Programa Entrega Legal para Adoção em Rio Verde 4 de agosto de 2025, Tribunal do Júri do Fórum de Rio Verde
- Encontro Cristalinense para o Fortalecimento da Proteção Intersetorial de Crianças e Adolescentes, 8 de agosto de 2025, Cristalina

MACRODESAFIO 2 – FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição do macrodesafio: Definir estratégias de comunicação e procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário goiano como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Galeria dos Ouvidores e Ouvidoras da Mulher do TJGO

Objetivo: Reconhecer institucionalmente os magistrados e as magistradas que contribuíram para fortalecer a escuta e o diálogo no âmbito do TJGO.

Resultado: O presidente do TJGO inaugurou a galeria dos Ouvidores e das Ouvidoras da Mulher do Poder Judiciário goiano.



Exposição “A Sobrevivência das Raízes”

Objetivo: Apresentar, por meio da arte e da fotografia documental, o cotidiano, as tradições e a identidade das comunidades quilombolas Kalungas.

Resultado: A exposição foi inaugurada pelo presidente da Comissão de Memória e Cultura do TJGO, desembargador Itaney Francisco Campos, representando o presidente do TJGO.

MACRODESAFIO 3 – PROMOVER AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição do macrodesafio: Promover a realização dos serviços judiciais e extrajudiciais de forma efetiva e ágil, com a razoável duração do processo em todas as

suas fases. Além disso, também propor soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja, a execução fiscal.

Programa Justiça Ativa

Objetivo: Reduzir o número de processos em tramitação, com foco na realização de audiências e prolação de sentenças em comarcas com alto volume de processos, especialmente aqueles cujas partes sejam beneficiárias da justiça gratuita.

Resultado: Em 2025, foram registrados os seguintes atos:

Sentenças de mérito: 3.128.

Sentenças homologatórias: 120.

Extinções: 96.

Decisões: 860.

Despachos: 1.837.

Total de atos: 6.041.

Programa Acelerar Previdenciário

Objetivo: Realizar mutirões de audiências para agilizar processos previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria, em comarcas com alto volume de demandas repetitivas.

Resultado: Em 2025, foram registrados os seguintes atos:

Despachos: 648.

Decisões: 142.

Sentenças homologatórias: 10.

Sentenças terminativas: 373.

Sentenças improcedentes: 1.396.

Sentenças procedentes: 4.047.

Total de atos: 6.616.

Projeto Apoiar

Objetivo: Destinar força de trabalho específica, composta por magistrados e servidores, para atuação extraordinária e temporária em unidades judiciárias previamente identificadas com base em relatórios estatísticos da Presidência ou da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás.

Resultado: A comarca de Aparecida de Goiânia recebeu o projeto-piloto em julho de 2025 e produziu 2.924 atos judiciais, dos quais 2.600 foram sentenças.

Prêmio TJGO de Produtividade 2025 (Goianão)

Objetivo: Premiar a celeridade e eficiência de unidades judiciárias com base em metas do CNJ.

Resultado: O prêmio reconheceu 326 unidades judiciárias de 1º grau e Turmas Recursais em Goiás, com 32 unidades conquistando o Selo Diamante.



Posse dos novos desembargadores e titularização de magistrados

Objetivo: Aperfeiçoar a prestação jurisdicional e tornar mais ágil o julgamento de recursos e de ações originárias do 2º Grau de Jurisdição.

Resultado: Em 2025, foram empossados 5 novos membros do TJGO: Roberta Nasser Leone, Zilmene Gomide da Silva, Murilo Vieira de Faria, Edna Maria Ramos da Hora e Augusto César Rocha Ventura. O Órgão Especial aprovou, em novembro de 2025, a titularização de 43 magistrados aprovados no 58º Concurso de Juiz Substituto.



Oficina Plantão Judicial

Objetivo: Atualizar de forma colaborativa os normativos institucionais que regem o plantão, tanto no 1º quanto no 2º grau.

Resultado: Foram realizadas ações complementares, como publicação de notícia sobre a forma de atendimento do plantão pelo balcão virtual, criação de manual para cumprimento de atos no BNMP e elaboração de guia prático com “Dicas de Ouro” para o andamento do plantão.

MACRODESAFIO 4 – ENFRENTAR CORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ILÍCITOS ELEITORAIS

Descrição do macrodesafio: Identificar e priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Webinário “Probidade Administrativa em Foco: julgamento, metas e prevenção da prescrição”

Objetivo: Capacitar magistrados, promotores de justiça e servidores do TJGO e do MPGO sobre o novo regime jurídico da Lei Federal nº 14.230/2021, com ênfase na prevenção da prescrição em feitos de improbidade administrativa.

Resultado: Realização do em 4 de agosto de 2025, em parceria com o MPGO e a Ejug.

Mês Estadual de Combate aos Crimes Contra a Administração Pública

Objetivo: Promover esforço concentrado em todas as comarcas do Estado de Goiás para julgar e priorizar processos relativos aos crimes cometidos contra a administração pública, especialmente corrupção ativa e passiva, peculato e concussão. A ação esteve alinhada às Metas Nacionais 4 e 5 do Poder Judiciário, à Meta 8 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e às diretrizes institucionais de fortalecimento da integridade e do combate à corrupção.

Resultado: Entre 1º e 30 de setembro de 2025, foram realizados mutirões de julgamento em todas as unidades com competência na matéria, com apoio de monitoramento pelo Sistema de Gestão e Controle da CGJGO (SIGESCON). No período, foram registradas 25 audiências de instrução e julgamento designadas, 22 audiências realizadas, 123 despachos proferidos, 144 decisões e 35 sentenças

relacionadas aos processos abrangidos pela iniciativa.

Mês Estadual de Combate à Improbidade Administrativa

Objetivo: Promover esforço concentrado em todo o Estado de Goiás para impulsionar o julgamento dos processos judiciais relacionados à improbidade administrativa, conferindo maior celeridade à tramitação processual, reduzindo o estoque de processos e fortalecendo a efetividade do controle da legalidade e da proteção ao patrimônio público.

Resultado: No período de 1º a 31 de outubro de 2025, foram registradas 42 audiências de instrução e julgamento designadas, das quais 39 foram realizadas, além da prolação de 185 despachos, 241 decisões e 128 sentenças em processos relacionados à improbidade administrativa, contribuindo para o avanço da prestação jurisdicional e o aprimoramento da resposta institucional às demandas da matéria.

MACRODESAFIO 5 – PREVENIR LITÍGIOS E ADOTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição do macrodesafio: Fomentar meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos antes da judicialização e/ou durante a tramitação do processo judicial.

XX Semana Nacional da Conciliação

Objetivo: Promover a conciliação de processos judiciais, oferecendo oportunidade a cidadãos e empresas para resolver pendências judiciais e negociar débitos com condições especiais

Resultado: Realizada de 3 a 7 de novembro de 2025, sob coordenação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania, com

aumento de 149% do índice de produtividade em comparação com 2024.

Acordos homologados: 12.820.

Audiências realizadas: 16.012.

Valor informado em acordos: R\$ 80.724.869,88 milhões.



XX SEMANA NACIONAL
DA CONCILIAÇÃO
NOVEMBRO • 2025

Oficina Ações Coletivas

Objetivo: Impulsionar a elaboração colaborativa de soluções inovadoras para o aprimoramento da gestão de demandas coletivas no âmbito do TJGO e do TRT-GO.

Resultado: Foi emitida Nota Técnica Conjunta (TJGO e TRT18) para orientar magistrados sobre a proposição de casos de ações coletivas às partes interessadas, em consonância com o art. 139 do CPC/15. A IA BERNA foi disponibilizada ao TRT18 para viabilizar a implementação do sistema de alertas proposto.

Comissão de Soluções Fundiárias

Objetivo: Realizar visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelecer protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis.

Resultado: Em três anos de funcionamento, de janeiro de 2023 a novembro

de 2025, a Comissão de Soluções Fundiárias do TJGO realizou 85 audiências de mediação e 198 reuniões preliminares, em 146 processos iniciados, sendo 69 de natureza rural e 77 urbana, abrangendo 57 municípios goianos. Também realizou 78 visitas técnicas, elaborou 26 relatórios socioeconômicos, expediu 4.820 ofícios e publicou 210 atas, impactando diretamente 12.710 pessoas e 6.550 residências.

7º Encontro do Programa Magnólia

Objetivo: Ampliar espaços de acolhimento e reflexão para pessoas envolvidas em processos por crimes de menor potencial ofensivo.

Resultado: Realizado em 30 de outubro de 2025, no Fórum Cível Dr. Heitor Moraes Fleury, com participação de cerca de 30 pessoas em palestras e dinâmicas.

Projeto Elos

Objetivo: Atuar nos delitos de posse para uso pessoal por meio de roda de conversa, substituindo o formato da audiência convencional e permitindo que as partes se manifestem e troquem experiências.

Resultado: 713 pessoas foram atendidas em 48 rodas de conversa no período de abril de 2024 a outubro de 2025.

MACRODESAFIO 6 – CONSOLIDAR O SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Descrição do macrodesafio: Promover o sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Súmulas

Objetivo: Uniformizar e consolidar a interpretação do tribunal sobre um determinado tema jurídico

Resultado: Edição e publicação pela Turma de Uniformização das Súmulas nº 93 à nº110.

Webinário “Fornecimento de medicamentos – temas 6 e 1234 do STF”

Objetivo: Debater os recentes julgamentos do Supremo Tribunal Federal relacionados aos temas 6 e 1234, tratando de responsabilidade, custeio, ressarcimento e competência jurisdicional para o fornecimento de medicamentos no âmbito do SUS.

Resultados: O webinário foi realizado pela Ejug e pelo Nugepnac, no canal da Ejug no YouTube, aberto à comunidade jurídica, com participação de magistrados, assessores, servidores, advogados, estagiários e demais profissionais da área jurídica. O documento do Nugepnac informa mais de 5.500 visualizações até 31/03/2026.

Congresso Internacional de Precedentes

Objetivo: Fomentar o estudo dos precedentes judiciais, dos padrões decisórios, da evolução, formação e aplicação dos precedentes no Direito Comparado e no Brasil, bem como da racionalidade e eficiência processual.

Resultado: O evento contou com a presença de mais de 500 pessoas. O volume 2 também registra que o Congresso Internacional de Precedentes ocorreu nos dias 12 e 13 de junho de 2025, no Plenário do TJGO, aberto ao público, reunindo juristas nacionais e internacionais para debater sobre precedentes judiciais.



Painel BI de Precedentes

Objetivo: Organizar, acompanhar e analisar informações relacionadas aos precedentes judiciais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, reunindo dados sobre decisões judiciais relevantes e precedentes qualificados para facilitar o acompanhamento da aplicação desses precedentes nos processos judiciais.

Resultado: O Painel BI de Precedentes permite visualizar informações de forma estruturada, consultar indicadores, identificar padrões de decisões e acompanhar a evolução da utilização dos precedentes no Tribunal. A ferramenta contribui para promover maior uniformidade nas decisões judiciais, fortalecer a segurança jurídica, apoiar a gestão do acervo processual e fornecer informações estratégicas para o acompanhamento e a análise da atividade jurisdicional.

Divulgação de Precedentes e Gestão Processual

Objetivo: Divulgar informações atualizadas sobre precedentes judiciais obrigatórios e orientar as unidades quanto ao sobrestamento e ao levantamento da suspensão de processos submetidos aos regimes de repercussão geral e de

recursos repetitivos.

Resultado: O Nugepnac realizou o envio quinzenal do Boletim Nugepnac, com informações atualizadas sobre precedentes judiciais obrigatórios. Também realizou publicações em redes sociais e expediu mais de 400 ofícios circulares com orientações sobre sobrestamento e levantamento da suspensão de processos.

Gestão Judicial de Processos Relacionados a Ações Coletivas

Objetivo: Aprimorar a gestão de processos judiciais de natureza coletiva, por meio do uso de Inteligência Artificial (IA), em projeto desenvolvido pelo Nugepnac, em parceria com o Inovajus e o TRT.

Resultado: A iniciativa foi desenvolvida de forma colaborativa no âmbito da Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Nugepnac também colaborou com a Diretoria de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística para o aprimoramento da ferramenta AGAIA, mediante a inclusão de precedentes judiciais obrigatórios em seu banco de dados.

NAJ-Sobrestados

Objetivo: Receber e conduzir autos suspensos à espera da formação de precedentes em IRDRs, IACs, recursos extraordinários e recursos especiais repetitivos.

Resultado: Institucionalizado por meio do Decreto Judiciário nº 3.179/2024, o NAJ-Sobrestados julgou, em 2025, mais de 1.277 processos e analisou 8.036 processos. A unidade contribuiu para a estabilização, integridade e coerência da jurisprudência em segundo grau. Também foi realizado, em colaboração com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Núcleo de Ações Coletivas, o controle do acervo de processos com a situação “sobrestados” no segundo grau.

MACRODESAFIO 7 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

Descrição do macrodesafio: Estimular o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução e gestão dos resíduos gerados, o uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Usina fotovoltaica de 5MW

Objetivo: Reforçar o compromisso institucional com a sustentabilidade e a inovação tecnológica por meio de avanço em eficiência energética.

Resultado: Em 2025, foi inaugurada uma usina fotovoltaica de 5MW na modalidade de Geração Distribuída, localizada na comarca de Cachoeira Dourada, com investimento de R\$ 24.337.971,23.

Oficina Descarbonização

Objetivo: Promover a construção coletiva de soluções de sustentabilidade voltadas à viabilização do Plano de Descarbonização, em consonância com a Resolução CNJ nº 594/2024.

Resultado: Foram realizadas quatro ações prioritárias do plano: implantação de frota sustentável, adoção de energia limpa, realização de campanhas e iniciativas de itinerância e criação de viveiro de mudas.



MACRODESAFIO 8 – APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Descrição do macrodesafio: Adotar medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Programa Pró-Júri

Objetivo: Agilizar os julgamentos das ações penais com decisão de pronúncia já proferida e aguardando a realização das sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri.

Resultado: Em 2025, foram registrados os seguintes resultados:

Absolutória: 346.

Condenação: 804.

Condenação/absolvição: 71.

Desclassificação de crime: 27.

Extinção: 26.

Quantidade de júris: 1.274.

Mês Nacional do Júri - 2025

Objetivo: Promover esforço concentrado para priorizar e acelerar o julgamento dos processos relativos a crimes dolosos contra a vida, especialmente homicídios e feminicídios, contribuindo para a redução do estoque processual, o cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário e o fortalecimento da efetividade da prestação jurisdicional na área criminal.

Resultado: No período de 1º a 30 de novembro de 2025, no TJGO, foram pautados 127 processos relativos a crimes dolosos contra a vida. Durante a mobilização, foram designadas 151 sessões do Tribunal do Júri, das quais 142 foram efetivamente realizadas, resultando na prolação de 139 sentenças e contribuindo para o avanço da prestação jurisdicional em processos de elevada relevância social.

30ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

Objetivo: Intensificar o julgamento e o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e a casos de feminicídio, promover ações de prevenção e sensibilização sobre violência de gênero e fortalecer a rede de proteção e acolhimento às vítimas de agressão.

Resultado: Realizada entre 18 e 22 de agosto de 2025, a ação alcançou o primeiro lugar nacional, com 1.763 audiências promovidas. O TJGO também realizou 1.746 audiências de instrução, outro recorde nacional da edição. A iniciativa Justiça pela Paz em Casa: roda de conversa abordou diversos tipos de violência e reflexos na vida das mulheres, com servidoras e colaboradoras da comarca de Inhumas, no âmbito do Programa Flores do Ipê.



31ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

Objetivo: Intensificar o julgamento e o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e a casos de feminicídio, promover ações de prevenção e sensibilização sobre violência de gênero e fortalecer a rede de proteção e acolhimento às vítimas de agressão.

Resultado: Realizada em novembro de 2025, levou mais de 1,3 mil processos a julgamento. Houve mutirões de audiências e julgamentos, palestras para estudantes e rodas de conversa sobre o Programa Flores do Ipê. A ação contou com a colaboração de 38 comarcas e o envolvimento de 55 juízas e juizes.

Reestruturação da UPJ das Varas de Execução Penal de Goiânia

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão processual, racionalizar as rotinas administrativas e incrementar a produtividade das unidades jurisdicionais correlatas.

Resultado: A reestruturação resultou na eliminação de passivo de aproximadamente 1.200 cálculos de penas, inexistência de processos paralisados há mais de 100 dias e tramitação integral das demandas dentro do expediente corrente. A unidade analisou cerca de 81 mil petições, expediu cerca de 3.600 mandados de intimação, implementou automações em decisões e atos ordinatórios, padronizou fluxos e reduziu retrabalhos.

Articulação com órgãos do Sistema da Justiça e de Execução Penal

Objetivo: Prover melhorias na execução penal e de medidas socioeducativas, bem como na fiscalização e no monitoramento dos respectivos sistemas.

Resultado: O TJGO sediou reunião ordinária do Colégio Permanente de Supervisores dos GMFs (Conasup-GMF), reunindo representantes dos GMFs de 23 estados e de quatro Tribunais Regionais Federais. Na reunião, foi discutido o plano Pena Justa, elaborado pelo CNJ, com proposta de sistema prisional baseado em responsabilizações justas e eficazes, reinserção social pós-cárcere e desenvolvimento nacional.

Programa da Justiça Restaurativa

Objetivo: Apresentar proposta de implantação do Programa de Justiça Restaurativa para o sistema prisional local.

Resultado: Em junho de 2025, o Núcleo de Justiça Restaurativa do TJGO realizou visita institucional à Unidade Prisional Regional de Goianápolis, primeira unidade do Estado de Goiás destinada especificamente à comunidade LGBTQIA+ privada de liberdade.

Oficina Medidas Protetivas de Urgência

Objetivo: Construir fluxo complementar ao executado pela Polícia Militar e pela Guarda Civil Metropolitana para acompanhamento e fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência.

Resultado: A oficina foi realizada em novembro, considerando o novo cenário instaurado por decisão do Superior Tribunal de Justiça que conferiu prazo indeterminado às medidas, demandando ajustes procedimentais para continuidade, coerência e efetividade na proteção.

Oficina Atos Infracionais

Objetivo: Construir fluxograma uniformizado para a tramitação de atos infracionais envolvendo adolescentes a partir de 12 anos, com foco na eficácia dos procedimentos e na redução do tempo total de trâmite para 180 dias.

Resultado: Foram identificadas inconsistências na definição e aplicação da TPU, variações locais no uso de movimentos processuais e necessidade de estudar a integração entre as esferas criminal, cível e infracional quando processos correlatos tramitarem no mesmo feito.



MACRODESAFIO 9 – APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição do macrodesafio: Adotar políticas de gestão que proporcionem a eficiência operacional, a humanização do serviço, a desburocratização, a simplificação de processos internos e o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário goiano. Igualmente, adotar as melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho, com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Posse dos novos desembargadores e titularização de magistrados

Objetivo: Fortalecer a capacidade institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás por meio da recomposição e ampliação de seus quadros da magistratura, assegurando a adequada ocupação de cargos e unidades jurisdicionais, contribuindo para a continuidade da prestação jurisdicional e o aprimoramento da governança judiciária.

Resultado: Foram empossados 5 novos membros do TJGO: Roberta Nasser Leone, Zilmene Gomide da Silva, Murilo Vieira de Faria, Edna Maria Ramos da Hora e Augusto César Rocha Ventura. No mesmo período, o Órgão Especial aprovou a titularização de 43 magistrados aprovados no 58º Concurso para Juiz Substituto, fortalecendo a estrutura jurisdicional e ampliando a capacidade de atuação do Poder Judiciário goiano.

Posse e nomeação de novos servidores

Objetivo: Fortalecer a capacidade institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás por meio da recomposição e ampliação do quadro de pessoal, contribuindo para o aprimoramento da gestão administrativa, a melhoria da prestação dos serviços judiciários e o atendimento das demandas das unidades judiciais e administrativas.

Resultado: Foram empossados 76 servidores aprovados no Concurso Público Unificado para cargos do quadro único do Poder Judiciário do Estado de Goiás, incluindo Oficiais de Justiça, Contadores e Analistas Judiciários, reforçando a estrutura de pessoal do Tribunal e ampliando sua capacidade de atendimento à sociedade.



Abertura do 59º Concurso Público de Juiz Substituto

Objetivo: Garantir eficiência, transparência e celeridade na seleção de novos magistrados.

Resultado: O presidente do TJGO assinou contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para planejamento, organização e execução do 59º concurso público para provimento do cargo de Juiz Substituto.

Portal Gestão à Vista - Painéis de Gestão

Objetivo: Transformar dados em decisões ágeis, fortalecer a governança e assegurar prestação de contas, conectando objetivos estratégicos à rotina operacional.

Resultado: Em 2025, foram desenvolvidos painéis de gestão voltados a Metas Nacionais 2025, Prêmio CNJ de Qualidade 2025, Prêmio TJGO de Produtividade, Plano de Integridade, processos envolvendo pessoas idosas, processos relacionados às temáticas racial e quilombola, mandados judiciais de Goiânia, suspensão por recurso repetitivo ou repercussão geral, produtividade de servidores da comarca de Goiânia e do interior e gestão das secretarias das Câmaras e Seções.



Oficinas Inovajus

Objetivo: Apoiar a gestão do conhecimento dos diferentes atores do Sistema de Justiça, promovendo a convergência de soluções que contribuam para o cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário.

Resultado: Em 2025, foram realizadas 13 oficinas de inovação no Inovajus.

Oficina Plano de Gestão

Objetivo: Inaugurar, de forma colaborativa, a construção do Plano de Gestão 2025/2027 do Poder Judiciário goiano, alinhado à Estratégia Nacional do CNJ e ao Plano Estratégico do TJGO 2021/2026.

Resultado: Os principais atores estratégicos do TJGO apresentaram proposições avaliadas e consideradas na elaboração do documento final, contribuindo para definição de metas, iniciativas e parâmetros de acompanhamento do Plano de Gestão 2025/2027.

Oficina Gestão de Destinação de Recursos de Prestação de Penas Pecuniárias

Objetivo: Construir e validar plano de ação prático voltado à gestão e à destinação dos recursos oriundos da prestação de penas pecuniárias, em alinhamento à Resolução CNJ nº 558/2024.

Resultado: Foi consolidado plano de ação estruturado, com prazos e responsabilidades para implementação e monitoramento, posteriormente encaminhado ao

grupo de trabalho para validação.

Infraestrutura e Obras

Objetivo: Contribuir para melhor prestação jurisdicional, oferecendo ambiente digno e de qualidade ao corpo de trabalho do Poder Judiciário goiano, bem como ao cidadão e à sociedade que frequentam os prédios do Poder Judiciário.

Resultado: Em 2025, foram entregues revitalizações e inaugurações em unidades do Poder Judiciário.

Unidades revitalizadas: fóruns das comarcas de Quirinópolis, Maurilândia, Acreúna, Edéia, Caiapônia, Montividiu, Mineiros, Serranópolis, Goianira, Varjão, Goianápolis, Leopoldo de Bulhões, Sanclerlândia, Fazenda Nova, Montes Claros, Firminópolis, Guapó, Águas Lindas, Padre Bernardo, Formosa, Planaltina, Hidrolândia e Mossâmedes; Edifício da Vara da Auditoria Militar em Goiânia; Edifício do Anexo 2 TJGO - Diretoria de Engenharia e Arquitetura; Depósito Público da Comarca de Goiânia; Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário na cidade de Goiás.

Inauguração do novo Depósito de Armas do Poder Judiciário estadual, instalado no Comando de Missões Especiais da Polícia Militar de Goiás (PMGO), em Goiânia.

Entrega de novos veículos às Corregedorias

Objetivo: Fortalecer o trabalho desenvolvido com correições, projetos e ações, proporcionando melhores condições de deslocamento às servidoras e aos servidores na capital e nas comarcas do interior.

Resultado: A Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás e a Corregedoria do Foro Extrajudicial de Goiás passaram a contar com dois novos veículos (vans), contribuindo para celeridade na prestação jurisdicional e melhoria do serviço ao cidadão.

MACRODESAFIO 10 – APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS

Descrição do macrodesafio: Fortalecer a política de gestão de pessoas, estimulando as práticas de desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Publicação de editais de promoção e remoção

Objetivo: Realizar editais de promoção e remoção para magistradas e magistrados, com observância dos critérios de merecimento e antiguidade, de forma alternada, conforme previsto na Constituição Federal e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do próprio TJGO.

Resultado: A Presidência divulgou os editais nº 11/2025 e nº 12/2025, que abriram concurso de promoção e remoção para magistradas e magistrados das entrâncias intermediária e inicial, totalizando 116 unidades. Também foi publicado o Edital Unificado nº 16/2025 para concurso de remoção e/ou promoção, pelos critérios de merecimento e antiguidade, com quatro vagas para varas judiciais de entrância final.

Grupo de trabalho para atualização do Estatuto Funcional

Objetivo: Estudar e elaborar minuta de projeto de lei para atualização do Estatuto Funcional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Goiás, visando assegurar direitos funcionais já previstos em outras categorias do serviço público, promovendo isonomia e valorização institucional.

Resultado: O presidente do TJGO instituiu grupo de trabalho destinado ao estudo e elaboração da minuta.

Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina

Objetivo: Promover a equidade de gênero e fortalecer a presença de mulheres em

espaços de decisão, liderança e representatividade no Poder Judiciário goiano.

Resultado: O TJGO oficializou a política por meio do Decreto Judiciário nº 4963/2025.

Inauguração do Centro Educacional Infantil no Fórum Cível Doutor Heitor Moraes Fleury, em Goiânia

Objetivo: Promover a qualidade de vida, a valorização das pessoas e a conciliação entre trabalho e família no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio da implantação de um Centro Educacional Infantil destinado ao atendimento dos dependentes de magistrados(as) e servidores(as), oferecendo assistência educacional e atividades pedagógicas em ambiente seguro, inclusivo e adequado ao desenvolvimento infantil.

Resultado: Com aproximadamente 700 m² de área construída, a unidade foi projetada para atender crianças de um a cinco anos de idade, contando com 12 salas de atividades educativas, biblioteca, sala de arte, sala multiuso, teatrinho, refeitório, cozinhas e espaços acessíveis. A primeira etapa da estrutura foi planejada para atender cerca de 50 crianças a partir de agosto de 2025, com expansão gradual da capacidade até 150 crianças em janeiro de 2026, consolidando uma importante política institucional de apoio às famílias e de promoção do bem-estar da força de trabalho do TJGO.

Cartilha Institucional de Prevenção ao Assédio e à Discriminação

Objetivo: Promover a conscientização e a prevenção de práticas de assédio moral, assédio sexual e discriminação no ambiente de trabalho, por meio da disseminação de informações, orientações e boas práticas voltadas a magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as).

Resultado: Em alusão ao mês de combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, o TJGO divulgou a versão atualizada da cartilha institucional sobre o tema, contemplando conceitos, exemplos de condutas abusivas, orientações

para identificação e enfrentamento dessas práticas, além de informações sobre os canais institucionais de acolhimento e denúncia.

Arquivo: https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/comunicacao_social/assedio_2025_v.pdf

Urna Virtual “Vozes Contra o Assédio”

Objetivo: Disponibilizar canal eletrônico seguro, sigiloso e acessível para recebimento de manifestações, denúncias e sugestões relacionadas a assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito do Poder Judiciário goiano, fortalecendo as ações de prevenção, acolhimento e enfrentamento previstas na Resolução CNJ nº 351/2020.

Resultado: TJGO lançou a Urna Virtual “Vozes Contra o Assédio”, ferramenta desenvolvida pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação de 1º e 2º Graus.

Pesquisa Institucional sobre Assédio Moral e Discriminação

Objetivo: Mapear a percepção de magistrados(as) e servidores(as) acerca de situações de assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, subsidiando ações de prevenção, conscientização e aprimoramento das políticas institucionais de integridade e respeito.

Resultado: Durante a Semana de Combate ao Assédio de 2025, o TJGO realizou pesquisa institucional de clima organizacional com foco em assédio moral e discriminação. A iniciativa, conduzida pela Diretoria de Planejamento e Inovação (DPI), ocorreu em formato digital, voluntário e sigiloso, permitindo o levantamento de informações estratégicas para o fortalecimento da cultura institucional preventiva e para o aperfeiçoamento das ações de enfrentamento ao assédio e à discriminação.

Ginástica laboral online

Objetivo: Atender as comarcas do interior do Estado com sessões semanais de

ginástica laboral online.

Resultado: A Escola Judicial, em parceria com o Centro de Saúde do TJGO, disponibilizou todas as quintas-feiras, às 14h, sessão online de ginástica laboral por videoconferência.

Programa de Preparação para Aposentadoria - Tempo de Colher

Objetivo: Preparar servidoras e servidores próximos da aposentadoria para nova fase de vida profissional e pessoal.

Resultado: Foi realizada a abertura da 1ª edição do programa, no Foyer Goiandira do Couto, com programação em dois dias.

Setembro Amarelo

Objetivo: Promover a saúde mental e incentivar a valorização da vida.

Resultado: Nos dias 17 e 18 de setembro, o TJGO, por meio da Divisão de Acolhimento e Ambientação Funcional da Diretoria de Gestão de Pessoas, realizou atividades alusivas à campanha Setembro Amarelo, em parceria com o Centro de Saúde e a Junta Médica, com atividades presenciais e transmissão online.

Saúde e bem-estar: Fevereiro Roxo

Objetivo: Sensibilizar o corpo institucional sobre a prevenção do Alzheimer e outras formas de demência, ressaltando a importância do cuidado com a saúde mental e física.

Resultado: O TJGO aderiu à campanha Fevereiro Roxo, com foco em aposentados e pessoas com mais de 60 anos.

Ações do Dia da Mulher

Objetivo: Promover ações voltadas ao reconhecimento e à valorização das

mulheres no ambiente de trabalho.

Resultado: Foram realizadas atividades de 8 a 13 de março, em parceria com a Escola Judicial de Goiás, voltadas ao reconhecimento e valorização das mulheres no ambiente de trabalho. A programação incluiu café da tarde e feirinha com 13 estandes de alimentação e artesanato.

Capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Objetivo: Ampliar a capacidade institucional de atendimento à população surda por meio da formação de magistrados, servidores e colaboradores.

Resultado: Oferta de duas turmas do curso básico de Libras, totalizando 100 vagas e capacitação de 57 participantes.

Curso Justiça sem Barreiras: Acessibilidade e Inclusão no TJGO

Objetivo: Capacitar magistrados e servidores sobre acessibilidade, inclusão e eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, digitais e atitudinais.

Resultado: Formação de 953 participantes aprovados, sendo 33 magistrados e 920 servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

MACRODESAFIO 11 – APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição do macrodesafio: Alinhar a alocação dos recursos orçamentários de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública.

Gestão de obrigações públicas - RPVs

Objetivo: Reforçar a celeridade na execução e cumprimento de decisões judiciais e o pagamento aos credores do Estado.

Resultado: Em 7 de julho de 2025, o presidente do TJGO e o governador do Estado assinaram o quarto termo aditivo do convênio de cooperação mútua para pagamento de Requisições de Pequeno Valor. O novo aditivo prevê repasse mensal de mais de R\$ 27 milhões ao TJGO e aprimorou fluxos de pagamento. Também foi informado convênio de R\$ 88 milhões para pagamento de RPVs dos credores do Estado.

MACRODESAFIO 12 – FORTALECER A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição do macrodesafio: Implantar ações a fim de aperfeiçoar a governança, a gestão e a infraestrutura tecnológica, buscando garantir integridade, confiabilidade, integração e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

Oficina PDTIC 2025-2027

Objetivo: Subsidiar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) por meio de debate estruturado sobre governança e gestão de TIC.

Resultado: A oficina, realizada em março de 2025, possibilitou a integração das equipes e a construção de diretrizes para fortalecer a eficiência dos serviços, a cultura de inovação, o desenvolvimento de competências e a segurança da informação.

Oficina Incidentes Críticos de TI

Objetivo: Facilitar o entendimento e padronizar o tratamento de incidentes críticos no ambiente de tecnologia.

Resultado: Foram consolidados os elementos essenciais para definição de

criticidade, considerando indisponibilidade de serviços e segurança da informação, entre outros. Os incidentes passaram a ser categorizados objetivamente em “Críticos” e “Não Críticos”, estabelecendo base comum para priorização, resposta e documentação.

Oficina Anonimização de Dados

Objetivo: Construir, de forma colaborativa, proposta para regulamentar o uso de software de anonimização e de tecnologias de inteligência artificial, garantindo aderência à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à Resolução CNJ nº 615/2023.

Resultado: A oficina buscou alinhar entendimento entre as áreas envolvidas, clarificando objetivos, limites e responsabilidades para orientar práticas seguras e transparentes no tratamento de dados.

Aprimoramento do Sistema de Processo Administrativo (Proad)

Objetivo: Contribuir para a racionalização do tempo dos gestores de área, ampliar a eficiência da administração superior e agilizar a análise das demandas administrativas no âmbito do Poder Judiciário goiano.

Resultado: Novas funcionalidades do Proad foram apresentadas ao presidente do TJGO.

Sistema AGAIA

Objetivo: Desenvolver e implantar uma plataforma institucional de inteligência artificial generativa para apoiar magistrados(as) e servidores(as) na execução de atividades judiciais e administrativas, promovendo a automação de tarefas repetitivas, a produção assistida de documentos, a organização de informações e o fortalecimento da transformação digital no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Resultado: A plataforma AGAIA, desenvolvida pela Diretoria de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística (DIACDE), foi consolidada como solução

institucional de inteligência artificial do TJGO, integrada aos sistemas PROJUDI e PROAD, permitindo a geração de resumos processuais, pesquisas inteligentes e apoio à elaboração de documentos judiciais e administrativos. A ferramenta passou a disponibilizar funcionalidades como criação e compartilhamento de prompts personalizados entre unidades e utilização do modelo GeminiPro, observadas as restrições legais aplicáveis aos processos sob sigilo de justiça. Como parte da estratégia de disseminação da solução, mais de 700 servidores das Unidades de Processamento Jurisdicional (UPJs), escritanias e unidades administrativas da Comarca de Goiânia foram capacitados para utilização da plataforma. Além disso, foi instituído grupo de trabalho no âmbito da EJUG para desenvolvimento, teste e aprimoramento de prompts voltados à área criminal, fortalecendo a adoção segura e qualificada da inteligência artificial no Poder Judiciário goiano.



GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLE

A gestão de 2025 elevou os parâmetros de controle interno e prestação de contas, adotando mecanismos estruturais de integridade.

SISTEMA DE INTEGRIDADE

No âmbito da integridade, o TJGOv possui Sistema de Integridade instituído pela Resolução nº 268, de 22 de maio de 2024. A página institucional informa que o sistema foi criado com base, entre outras referências, na Resolução CNJ nº 410/2021, nas Leis nº 12.846/2013 e nº 13.303/2016, na Lei nº 14.133/2021 e no Plano Estratégico do TJGO aprovado pela Resolução TJGO nº 158/2021.

O Sistema de Integridade é estruturado em eixos de comprometimento e apoio da Alta Administração, órgão gestor responsável pela implementação e coordenação, análise, avaliação e gestão dos riscos, monitoramento permanente, aprimoramento contínuo e capacitação.

Para acessar as normativas e informações sobre o tema, [clique aqui](#).

Plano de Integridade 2025/2027

O Plano de Integridade é instrumento do Programa de Integridade do TJGO, previsto no art. 8º, XI, da Resolução nº 268/2024. O plano organiza medidas a serem implementadas em período coincidente com a gestão da Presidência do TJGO no biênio 2025/2027, com a finalidade de prevenir, detectar e remediar ocorrências de quebra de integridade. O documento também foi fundamentado no diagnóstico realizado na Plataforma e-Prevenção, do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Para conhecer o plano, [clique aqui](#).

GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAL

A Política de Gestão de Riscos do TJGO foi aprovada pelo Órgão Especial e instituída pela Resolução nº 293/2025. Essa política estabelece princípios, objetivos, diretrizes, responsabilidades, processo de gestão de riscos e instâncias responsáveis, sendo aplicável aos processos de trabalho, programas, projetos e ações do Tribunal.

A Gestão de Riscos é apresentada como mecanismo de aprimoramento da governança, dos controles internos, da gestão de riscos e do processo de tomada de decisões pela Alta Direção. São elementos estruturantes informados: Política de Gestão de Riscos, Comitê de Gestão de Riscos, Manual de Gestão de Riscos, Política de Gestão de Riscos nas Contratações e Processo de Gestão de Riscos.

Para acessar a Política e manuais, [clique aqui](#).

Comitê de Gestão de Riscos

O Comitê de Gestão de Riscos é indicado como instância responsável pela efetividade da Gestão de Riscos no âmbito do TJGO. Os atos relacionados à Resolução nº 293/2025, o Decreto Judiciário nº 3053/2025, sobre a composição do Comitê, e o Decreto Judiciário nº 2071/2026, que altera o Decreto Judiciário nº 3053/2025.

Para acessar as normativas e informações sobre o tema, [clique aqui](#).

CANAIS DE DENÚNCIA

O TJGO adotou política de tolerância zero para práticas que violem a integridade institucional, como corrupção, fraudes, assédio moral e sexual, discriminação e outras irregularidades. Os canais de denúncia têm como objetivo fornecer meio seguro e confidencial para reporte de possíveis violações à integridade, por meio da Ouvidoria, com possibilidade de denúncia anônima ou identificada e proteção contra retaliação.

Para conhecer os canais de denúncia, [clique aqui](#).

PRINCIPAIS AÇÕES EXECUTADAS EM 2025

Publicação do Manual de Gestão de Riscos e da Cartilha de Gestão de Riscos

Objetivo: Disseminar cultura organizacional preventiva voltada à identificação, tratamento e monitoramento de riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais.

Resultado: Manual e Cartilha de Gestão de Riscos publicados em julho de 2025. Os documentos integram a Política de Gestão de Riscos instituída pela Resolução nº 293/2025 e foram alinhados ao Plano de Ações de Integridade do Tribunal.

Urna Virtual Vozes Contra o Assédio

Objetivo: Fortalecer a prevenção ao assédio e à discriminação no âmbito do Judiciário goiano.

Resultado: As Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação de 1º e 2º Grau passaram a disponibilizar ferramenta eletrônica para receber manifestações, denúncias e sugestões

relacionadas a situações de assédio moral, sexual ou práticas discriminatórias no âmbito do Judiciário goiano.

Evento Juntos pela Integridade

Objetivo: Promover o comprometimento institucional com a integridade e reconhecer a atuação de servidores que operacionalizam a transparência no TJGO.

Resultado: O presidente do TJGO assinou carta de comprometimento com a integridade durante o 1º Evento de Integridade do TJGO, “Juntos pela Integridade”. Na mesma solenidade, houve a homenagem “Somos a Transparência”, com certificados de menção honrosa e destaque em mosaico digital aos servidores que operacionalizam a transparência, especialmente no Ranking da Transparência do CNJ e no Radar da Transparência (PNTP).

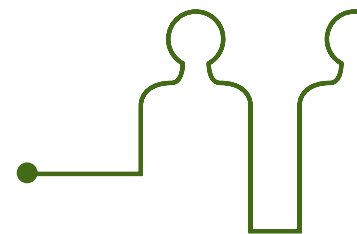
Bloco NEM VEM

Objetivo: Prevenir o assédio e a violência contra as mulheres, com distribuição de informações sobre o que fazer em casos de abuso ou agressão.

Resultado: Em sua terceira edição, a ação levou às ruas da capital a mensagem “Respeito é bom e cabe em qualquer lugar”. Magistrados, servidores e colaboradores distribuíram informações sobre providências em casos de abuso ou agressão.



DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS



No decorrer de 2025, a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (EJUG) deu continuidade às suas ações de formação continuada voltadas a magistrados(as) e servidores(as). O foco estratégico manteve-se no aprimoramento de competências fundamentais — conhecimentos, habilidades e atitudes — essenciais para a excelência da prestação jurisdicional.

Nesse contexto, destaca-se a criação, em 2025, do Laboratório Interinstitucional de Inteligência Artificial da Escola Judicial (LI²A-Ejug), administrado pela Ejug, com o objetivo de desenvolver pesquisa aplicada, inovação tecnológica e capacitação institucional no uso ético e responsável da Inteligência Artificial (IA) no âmbito do Poder Judiciário goiano.

Na sequência seguem alguns cursos e capacitações que oferecidos pela Ejug no ano 2025:

1. Inteligência Artificial no contexto jurídico: discernindo limites éticos das tomadas de decisão;
2. Inteligência Artificial Aplicada ao Poder Judiciário;
3. Oficina para formação de formadores que atuarão em cursos de IAG aplicada ao Poder Judiciário;
4. AGAIA: Oficina para Engenharia de Prompts;
5. AGAIA: oficinas para juízes substitutos em 2º grau;
6. AGAIA: Oficinas para Magistrados da Comarca de Goiânia;

7. AGAIA: Oficinas para Magistrados e Servidores da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;
8. AGAIA: Oficinas para Magistrados e Servidores da Corregedoria do Foro Extrajudicial;
9. AGAIA: para servidores das Unidades de Processamento Jurisdicional (UPJs), Escrivanias e demais unidades judiciais e administrativas da comarca de Goiânia;
10. AGAIA: oficina para servidores e mediadores do Cejusc em 2º grau
11. AGAIA: uso da Inteligência Artificial aplicada a processos de Execução Penal (SEEU);
12. Oficina Ancorando novas bases de dados na JurisAGAIA;
13. Grupo de Trabalho - Configuração do Módulo Noturno da Agaia na 2ª Vara de Sucessões – Processos de Inventário e Partilha;
14. Grupo de Trabalho - Classificação de movimentos e arquivos em classes processuais para configuração do Módulo Noturno na Agaia - Projeto-piloto 1º e 2º grau;
15. AGAIA e BERNIA: Inteligência Artificial aplicada às Câmaras Cíveis e Criminais;
16. Construção da Decisão Judicial - Enfam;
17. Argumentação Jurídica e Teoria do Raciocínio Probatório;
18. Igualdade de Gênero: Julgar com Perspectiva de Gênero-Enfam;
19. Sistema de Justiça e Direito da Antidiscriminação - Enfam;
20. Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas -Enfam;
21. Justiça Antirracista: Formação em Julgamento com Perspectiva de Raça - Enfam;
22. Judicialização da Saúde Pública – Fundamentos e Práticas para a Atuação Judicial - Enfam;
23. Violência Doméstica - Enfam;

24. Sistema de Justiça e Direito da Antidiscriminação - Enfam
25. Formação Inicial para Magistrados(as) -
26. Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Papel do Judiciário - Enfam
27. Precedentes Judiciais e Fundamentação Adequada da Decisão Judicial - Enfam -
28. Resolução de Conflitos na Era Digital - Enfam -
29. Sistema dos Juizados Especiais Estaduais - Enfam -
30. Sustentabilidade Ambiental e Populações Tradicionais: Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado - Enfam
31. Curso Preparatório para o Plantão Judicial
32. Formação em Correição Online da Central de Informações do Registro Civil (CRC);
33. Introdução a Libras Instrumental no TJGO;
34. Diálogos Institucionais: o Judiciário e o desenvolvimento socioeconômico - Moradores de Lixões - Sustentabilidade e Esperança;
35. Formação para Gestores dos Depósitos Públicos Judiciais do TJGO;
36. Preparação Psicossocial e Jurídica de Pretendentes à Adoção - PPJ;
37. Formação em Depoimento Especial com o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense;
38. Formação de Formadores Tema: Plantão Judicial;
39. Introdução Funcional para Servidores(as) do Concurso Unificado do Tribunal de Justiça de Goiás - Turma Setembro;
40. Capacitação de Auditoria em TI Verde;
41. Curso Básico de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais;
42. Curso de capacitação para instrutores de Conciliação e Mediação Judicial;

43. Curso Básico de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais - Etapa Prática - CNJ;
44. Aprofundamento em Conciliadores e Mediadores Judiciais;
45. Curso Básico de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais;
46. Mediação e Conciliação com Foco na Efetividade Processual: Métodos Avançados para a Solução Consensual de Conflitos;
47. Capacitação inicial teórica e prática de Facilitadores da Justiça Restaurativa;
48. Aprofundamento Prático em Justiça Restaurativa;
49. Capacitação em produtos saneantes;
50. Interação Institucional e Políticas Públicas com Conflitos Fundiários;
51. Gestão e Operação de Laboratórios de Inovação;
52. Preparação Psicossocial e Jurídica de Pretendentes à Adoção - PPJ;
53. PROADI-SUS | Apoio técnico-científico à tomada de decisão judicial em Saúde no Brasil;
54. Questões atuais no Depoimento Especial de crianças e adolescentes, inclusive povos e comunidades tradicionais;
55. Introdução às funções inerentes ao ponto de inclusão digital - Raízes Kalungas;
56. Criação, facilitação e coordenação de grupos para homens autores de violência contra as mulheres;
57. Aplicação de ferramentas de gestão administrativa e processual na gestão de gabinetes da área cível;
58. Redação Jurídica;
59. Introdução Funcional para os Novos Servidores (as);
60. Curso de Português Jurídico - Expressando Direito | Lara Brenner;
61. Programa Entrega Legal para Adoção em Luziânia

Somam-se às ações de capacitação já apresentadas, a realização de Webinários/ eventos dentre eles:

- Domicílio Judicial Eletrônico: webinar institucional de mobilização e orientação;
- Webinar “Fornecimento de medicamentos – temas 6 e 1234 do STF” (Ejug e Nugepnac);
- Webinar “Custas judiciais e gratuidade do processo” voltado a magistrados;
- Incentivo a círculos de diálogo, mediação de conflitos e ações formativas;
- Seminário Virtual sobre Regularização Fundiária;
- Webinar “Procedimentos Cíveis da Área da Infância e Juventude”;
- Webinar “Ações Coletivas”, realizado pela Ejug e Nugepnac;
- Roda de Conversa “A relação do Judiciário Goiano com a História de Goiás”;
- Evento “Catadores e Moradores de Lixões: sustentabilidade e esperança, que integra o Projeto “Diálogos Institucionais - o Judiciário e o Desenvolvimento Socioeconômico”;
- 3ª edição da Semana de Arte e Sabedoria Jurídica Negras – Sawabona.

Além do escopo acadêmico e jurídico da Escola Judicial, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio de suas unidades administrativas e parcerias estratégicas, promoveu em 2025 um ciclo de capacitação técnica voltado à eficiência operacional e à governança institucional.

1. Conex 2025 - congresso de excelência em licitações e contratos administrativos;
2. Workshop planejamento das contratações públicas com o uso da inteligência artificial. Chat gpt e similares;
3. Gartner data & analytic´s summit;
4. Treinamento apache hope;

5. Treinamento técnico em postgresql;
6. Reforma tributária;
7. Contratações públicas na lei nº 14.133/2021;
8. 5º seminário nacional de gestão de riscos nas contratações públicas com inteligência artificial;
9. Inteligência artificial aplicada às contratações públicas;
10. Agile trends;
11. I-rec day brazil;
12. 3º congresso mundial de medicina tradicional, complementar e integrativa;
13. 12º congresso internacional de compliance;
14. 20º congresso brasileiro de pregoeiros e agentes de contratação;
15. Con brasil 2025 - congresso nacional de licitações e contratos;
16. Contratação de obras públicas e serviços de engenharia;
17. WS – transformação digital nas contratações públicas;
18. 12º encontro nacional de obras públicas e serviços de engenharia;
19. Contratação integrada e semi-integrada;
20. Novo sinapi avançado 2025: elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas com o sinapi;
21. Gestão por competência no serviço público;
22. Planejamento de auditoria individual baseada em riscos;
23. Administração de frota de veículos da administração pública - planejamento, logística de manutenção e custos operacionais;
24. Dexconf 2025;
25. Pesquisa de preços para contratações públicas com o uso de inteligência artificial(ia) - atualizado com a lei nº 14.133/2021 e in/seges nº 65/2024;

26. Reciclagem sobre o sistema de atos de pessoal - siap;
27. Simplifica TCE;
28. II semana de administração orçamentária, financeira e de contratações públicas da abop;
29. Elaboração de etp e tr com o uso de inteligência artificial;
30. 14º redes wegov: tecnologias de informação e comunicação pública;
31. Congresso brasileiro de direito administrativo instituto brasileiro de direito administrativo;
32. Como elaborar e julgar planilha de preços de acordo com a in nº 05/2017;
33. Pesquisa de preços para contratações públicas com o uso de inteligência artificial(ia) - atualizado com a lei nº 14.133/2021 e in/seges nº 65/2025;
34. Product camp;
35. Pesquisa de preços para contratações públicas com o uso de inteligência artificial(ia) - atualizado com a lei nº 14.133/2021 e in/seges nº 65/2022;
36. 4º seminário nacional de terceirização de serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra;
37. Masterclass de saúde mental e seus impactos na gestão de pessoas;
38. Conarh 2025;
39. Curso avançado: pesquisa de preços para contratações públicas com o uso de inteligência artificial;
40. 2º congresso nacional de pareceristas e assessores jurídicos;
41. Dfd, etp e tr - passo a passo para compras e serviços;
42. XI simpósio nacional one cursos: previdência dos servidores públicos e legislação de pessoal na administração pública. Gestão de pessoal no serviço público - análise das inovações e questões polêmicas;
43. Festlabs nacional - 2025;

44. Assessoria jurídica no auxílio aos processos de licitação e contratações públicas - sob a ótica da Lei nº 14.133/2021;
45. Masterclass de desenvolvimento organizacional-a gestão de pessoas no centro da organização;
46. Pesquisa de preços para contratações públicas com o uso de inteligência artificial(ia) - atualizado com a Lei nº 14.133/2021 e in/seges nº 65/2021;
47. Pesquisa de preços para contratações públicas com o uso de inteligência artificial(ia) - atualizado com a Lei nº 14.133/2021 e in/seges nº 65/2023;
48. Nutrição brasil;
49. Pgconf.brasil 2025;
50. Como elaborar concurso público e processo seletivo simplificado;
51. XXX semana contábil e fiscal para estados e municípios - secofem;
52. 9º congresso de governança, controle público e gestão de riscos nas aquisições;
53. XLV encontro nacional de engenharia de produção - engep 2025;
54. Consad 2025;
55. Conceitos da iso nbr 9001:2015 e operacionalização do sistema de gestão de qualidade;
56. Gestão de riscos com base na nbr iso 31000:2018 e operacionalização do sistema de gestão de riscos do TJGO;
57. Termo de cooperação.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás